

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A ORDEM GLOBAL: NOTAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA CHINESA CONTEMPORÂNEA EM FACE DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

André Peçanha Murat de Sousa¹

RESUMO

O artigo visa, em linhas gerais, a explicar as principais estratégias que estruturam a política externa contemporânea da República Popular da China. Mais especificamente, busca compreender o comportamento dos líderes chineses em face da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), indagando o porquê da China não se utilizar de mecanismos de *balanceamento*², apesar de sua explícita insatisfação acerca da disparidade de forças em diversos espaços institucionais internacionais. Através da análise de diversas fontes bibliográficas, chegamos à conclusão de que a China mantém suas diretrizes de política externa diretamente relacionadas àquilo que ela considera como a base de seu atual recurso de poder, qual seja: a preservação do desenvolvimento de uma *força nacional abrangente* ou *sociedade integralmente em ascensão*, enquanto base de sua legitimidade soberana e recurso de poder externo.

Palavras Chaves: *China, Estados Unidos, Balanceamento, Ordem Internacional, Hegemonia.*

¹ Graduado em Comunicação Social, com habilitação para Jornalismo. e em Ciências Sociais, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC/FGV, com ênfase em História Política. Especialista em História das Relações Internacionais, pela UERJ, e coordenador editorial e diagramador do Jornal Informativo do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (infoNEIBA).

Introdução: Perspectivas teóricas

Muito tem sido dito e especulado sobre a (re)emergência da República Popular da China (RPC) e suas respectivas implicações na distribuição de poder mundial. A partir de considerações neorrealistas, as quais observam o sistema interestatal através da distribuição de poder e das restrições derivadas que se apresentam a cada país, a ascensão de novos atores implica reajuste de atitudes para os demais integrantes de um sistema de Estados, anárquico e multipolar, conquanto altamente hierarquizado.

Em uma ordem internacional liberal, institucionalmente dominada pelos Estados Unidos da América³ (HURREL, 2008; FRANK, 2005; WALTZ, 1979), não causa surpresa que o comportamento de países “de segunda grandeza” seja objeto de diversas análises, que, por sua vez, atinjam variadas conclusões. Forças sistêmicas são cruciais; porém, há muito mais fatores e estratégias de políticas externas e internas, nas relações internacionais, do que a teoria neorrealista pode prever. Deste modo, faz-se necessário, não somente uma análise precisa, mas também o desenvolvimento de novas abordagens, que reflitam sobre os acontecimentos de maior expressão nos Estados analisados.

Paralelamente ao neorrealismo, outra linha teórica enxerga o ressurgimento de uma nova *razão de sistema*, que estaria sendo praticada ao ponto de substituírem antiquadas noções de *razão de Estado*. Para liberais institucionalistas, à medida que grandes países expandem o alcance de seus interesses e interagem mais intensamente à economia global e à sociedade transnacional, esses seriam atraídos pelos benefícios funcionais oferecidos por instituições multilaterais e pressionados por padrões de comportamento mais harmoniosos. Liberais sistêmicos, entretanto, desenvolvem uma imagem kantiana, baseada no suposto exemplo de sucesso alcançado pelo desenvolvimento sistema internacional liberal e capitalista.

² Resistência ativa ou contraposição, por meio de engajamento direto ou de uma junção de forças.

³ Hurrel (2008) sustenta que o papel norte-americano de *ordenador da hierarquia* foi formalizado através dos direitos e deveres especiais que o referido país possui como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, principalmente, nas estruturas privilegiadas de votação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. HURREL, Andrews, LIMA, Maria Regina Soares de, HIRST, Monica, MACFARLANE, Neil, NARLIKAR, Amrita, FOOT, Rosemary. *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009. p.25

Alguns dão ênfase à racionalidade da liberalização socioeconômica, outros sugerem que não haveria alternativa à aceitação de que os ideais liberais conquistaram o mundo. Seja qual for a lógica liberal aplicada, para os Estados de segundo escalão resistir à ordem liberal seria arriscar ser categorizado como regimes párias, irracionais, e inimigos da liberdade tanto política como econômica. Enfim, o liberalismo praticamente ameaça, ou insinua, que países resistentes ao liberalismo sofrerão constante pressão para se adaptar à ordem global. Para além do bem ou do mal, instituições internacionais seriam espaços de poder.

Este artigo visa, em linhas gerais, a explicar as principais estratégias que estruturam a política externa contemporânea da República Popular da China. Mais especificamente, busca compreender o comportamento dos líderes chineses em face da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), indagando o porquê de a China não se utilizar de mecanismos de *balanceamento*⁴, apesar de sua explícita insatisfação acerca da disparidade de forças em diversos espaços institucionais internacionais. Através da análise de diversas fontes bibliográficas, chega-se à conclusão de que a China mantém suas diretrizes de política externa diretamente relacionadas àquilo que ela considera como a base de seu atual recurso de poder, qual seja: a preservação do desenvolvimento de uma *força nacional abrangente* ou *sociedade integralmente em ascensão*, enquanto base de sua legitimidade soberana e recurso de poder externo.

I - A China e sua trajetória nacional de desenvolvimento como um recurso de poder

O sucesso econômico da China tem sido construído ao longo de sua integração na economia global, não deixando, contudo, de desvelar-se em um recurso de poder. Tal êxito, além de ter oferecido diversas oportunidades para barganha, tem funcionado, na teoria e na prática, como um contrapeso ao poderio norte-americano. A variação da trajetória nacional de desenvolvimento da China, contudo, não deixou de sofrer poderosas pressões externas por mudanças. Nos anos de 1990, com o advento do liberalismo à época

⁴resistência ativa ou contraposição, por meio de engajamento direto ou de uma junção de forças.

da globalização, ou neoliberalismo, a China desmonta a *utopia liberal* (ZIZEK, 2008) ao demonstrar como nacionalismo e liberalização econômica, com o resultado de promoção governamental, podem, muito bem, coexistir. Além disso, a China vem demonstrando que uma política externa fortemente nacionalista pode ser também utilizada como meio de fortalecimento da soberania interna.

De acordo com Andrew Hurrell⁵, a China, juntamente a outros países emergentes, está na contramão do que em geral é considerado como a *nova ordem mundial*⁶. Uma ordem (neo) liberal-democrática, irrestritamente considerada como a fórmula derradeira para a melhor sociedade internacional que se possa atingir. Não obstante, esta nova ordem global estaria equilibrada na proeminência dos Estados Unidos da América, EUA, (“Estado de 1ª grandeza”) e construída em torno de instituições e estruturas multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Além desses aparatos, este “Grande Ocidente” liberal (HURRELL, 2008) contaria com um complexo sistema de alianças, pelos oceanos Pacífico e Atlântico – sendo essas orientadas por normas das instituições sobrecitadas, que estão, notoriamente, sob zona de influência norte-americana.

Contudo, particularmente no caso da China, os altos níveis de crescimento econômico têm atraído atenção e motivado pesquisas sobre as implicações políticas e geoeconômicas do desenvolvimento econômico futuro desse Estado.

⁵Em HURRELL, Andrew; LIMA, Maria Regina Soares de, HIRST, Monica, MACFARLANE, Neil, NARLIKAR, Amrita, FOOT, Rosemary. *Hegemonia, liberalismo e a Ordem Global. Em Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

⁶ O termo, usado desde a Liga das Nações, por Woodrow Wilson, em seus quatorze pontos, foi reapropriado e reutilizado no contexto da expulsão de forças iraquianas no Kuwait, em 6 de março de 1991, por George H. W. Bush (1989-1993), em pronunciamento oficial para o Congresso Americano. O conceito, em linhas gerais, remete-se às ideias de governança global e respeito à regulação internacional. Contudo, de acordo com *André Gunder Frank (2003)*, o ex-presidente Bush anunciava em 1991 a adoção de políticas unilaterais, por meio das quais os EUA passariam a compreender o mundo a partir da noção de aliados e oponentes. Aos oponentes, *Gunder Frank* completa, somente lhes restaria a ameaça de destruição econômica, política e/ou militar. O autor prossegue caracterizando tal visão como a declaração de uma “terceira guerra mundial”. Em: Gunder Frank, Andre (2003) “Tigre de papel, dragão de fogo”, p.125. em Theotonio dos Santos (coord.) *Os Impasses da Globalizacao*, Ed. Loyola, Brasil, agosto 2003

Tendo setornado, em 2010, o maior exportador mundial, a China, que desde os anos de 1970, migrou de um sistema econômico planejado e fechado para um modelo mais orientado ao mercado, tornou-se o principal ator econômico mundial⁷. De acordo com a Agência Central de Inteligência (CIA), esta proeminência foi alcançada através de reformas graduais, as quais começaram com medidas liberais como a eliminação progressiva da agricultura coletivizada que foram seguidas por: gradual liberalização dos preços, descentralização fiscal, aumento da autonomia para empresas estatais, criação de um sistema bancário diversificado, desenvolvimento dos mercados de ações, rápido aumento do setor privado e abertura para o comércio e investimentos internacionais. Contudo, nos últimos anos, a China renovou sua política de suporte à propriedade estatal de empresas em setores que ela considera importante para a “segurança-econômica”.

A CIA conclui que tal posicionamento explicita os intentos chineses de promover “*campeões nacionais*” globalmente competitivos. No plano cambial, após anos de relação estrita com dólar americano, em julho de 2005 o país reavaliou sua moeda, pondo-a 2,1% mais barata que a estadunidense, além de ter implementado um sistema de taxa de câmbio que se refere a um *sistema de cesta de moedas*, a fim de minimizar possíveis flutuações indesejáveis. Da metade de 2005 até o final de 2008, uma cumulativa valorização do *renminbi* contra o dólar foi cotada em mais de 20%, todavia a taxa de conversibilidade manteve-se virtualmente fixada ao dólar, desde o início da crise de 2008 até 2010, quando Pequim permitiu uma gradual valorização da moeda. A reestruturação da economia e os ganhos resultantes desta reforma contemporânea contribuíram para um aumento do produto interno bruto em mais de dez vezes aquele obtido em 1978⁸. Mensurada através de um sistema de paridade de poder aquisitivo (*purchasing power parity*, PPP, em inglês), em 2012, a China ergueu-se como a segunda maior economia mundial, atrás dos EUA, tendo ultrapassado o Japão desde 2001.

⁷ *Central Intelligence Agency (CIA)*, disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>; acessado em 13/09/13.

⁸ Início da *administração orientada para o mercado*, de Deng Xiaoping e os Oito anciões, após a morte de Mao TSE Tung, em 1976.

A CIA segue especulando se a desaceleração econômica na Europa, os débitos públicos – provenientes de programas de estímulos aos “*campeões nacionais*”, particularmente contraídos por governos locais –, e a bolha especulativa imobiliária afetarão o crescimento Chinês em 2013 e prejudicariam o plano quinquenal, traçado em 2011.

II - Perspectivas históricas sobre o desenvolvimento chinês

É inegável que a China, portanto, devido ao seu peso na economia, apresenta uma destacada potencialidade para um *balanceamento*, ou seja, uma resistência ativa ou contraposição ao “grande ocidente liberal”. Conquanto, como um país oriental e comunista poderia figurar como “principal ator econômico mundial”? A resposta estaria contida, primeiramente, na observação de que há dois tipos distintos de desenvolvimento econômico baseado no mercado. Como defendem: o sociólogo e historiador econômico alemão e estadunidense André Gunder Frank⁹, bem como, em sequência, o sociólogo e economista político italiano Giovanni Arrighi, existe uma diferença, fundamental e histórica, entre o desenvolvimento de uma economia de mercado (caso Chinês) e o desenvolvimento do capitalismo liberal (caso ocidental).

Em *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI*, Arrighi dedica um capítulo inteiro aos atributos e características da ascensão chinesa. Dentre esses estão: a elevada qualidade da mão de obra em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento. Tais características estariam associadas a um processo de desenvolvimento baseado em tradições nativas, que contou também com capitais chineses que estavam fora da China. As reformas de Deng Xiaoping, não obstante, também contribuíram para esse avanço, mas não seriam suficientes. O sucesso das reformas

⁹ Em *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley, University of California Press, 1988

sucedeu conquistas anteriores às da Revolução Chinesa (1949), como a reforma agrária e a construção coletiva da educação e da infraestrutura rural, o controle estatal da economia e a nacionalização de empresas estrangeiras. Com base nos conceitos de Adam Smith e Karou Sugihara¹⁰, o autor traça dois tipos de desenvolvimento econômico. O primeiro, que nasce de um arcabouço social, com processos e ações de natureza não econômica e que aproveita-se do potencial oculto e do crescimento econômico nacional. Esse seria um modelo mais próximo das ideias de Adam Smith¹¹, e que corresponderiam a uma *Revolução Industrial*, termo desenvolvido por Akira Hayami e adotado por Sugihara¹². O segundo tipo de desenvolvimento econômico tem como base o mercado e tenderia a destruir o arcabouço social dentro do qual se desenvolve, criando condições para novas instituições com potenciais de crescimento. Este último modelo seria mais próximo do modelos analisados por Schumpeter e Karl Marx, e corresponderiam ao conceito de *Revolução Industrial*.

¹⁰ Em Kaoru Sugihara, "The East Asian path of economic development. A long-term perspective", in Giovanni Arrighi et al., The Resurgence of East Asia. New York: Routledge, 2003

¹¹ A *Revolução Industrial* é um título dado a um período de tempo, normalmente considerado entre 1600 e 1800 no ocidente, que formaria as bases humanas da *Revolução Industrial*. O termo, cunhado pelo historiador demográfico japonês Akira Hayami, foi utilizado posteriormente, ainda que com ressalvas, para explicar o advento da *Revolução Industrial*. Muitas destas teorias contam com um núcleo central de uma demanda suprida por um mercado interno forte.

¹² Adam Smith, escrevendo em 1776, asseverou: "A China é país muito mais rico do que qualquer parte da Europa". Na visão de Sugihara, as grandes diferenças de proporção homem-terra entre as regiões centrais da Ásia Oriental e da Europa Ocidental, antes de 1800, foram tanto causa como quanto efeito da *Revolução Industrial* da Ásia oriental, do século XVI até o século XVIII, pois fomentaram o desenvolvimento de instituições que absorviam mão de obra e de tecnologias que faziam uso do trabalhador como reação às restrições de recursos naturais (principalmente a escassez de terras). Isso permitiu que os Estados da Ásia oriental tivessem grande aumento populacional, acompanhado não da deterioração e sim de melhora, embora modesta, do padrão de vida. Essa fuga às limitações Malthusianas foi especialmente notável na China, cuja população cresceu várias vezes, atingido 150 milhões de habitantes.

Arrighi analisa também a adoção da estratégia de uma base produtiva, no período Mao Tsé Tung (1945-1976). De um lado, observa os incentivos ao sistema de responsabilidade familiar, que possibilitaram o crescimento da produção agrícola. De outro, pesquisa sobre as decisões sobre o controle dos excedentes agrícolas, que foram retiradas das comunas e devolvidas às famílias rurais, entre 1978 e 1983. Posto isso, aponta que os preços foram elevados e houve um conseqüente aumento de produtividade e da lucratividade da atividade rural. Por fim, considera que, aos poucos, houve uma descentralização fiscal, a qual possibilitou autonomia aos governos locais para promover crescimento econômico, com a criação das empresas de propriedade coletiva, em aldeias e municípios. O caminho do crescimento dessas empresas rurais chinesas, com possibilidade de acumulação, sem desapropriação da terra, seria a chave distintiva do modelo chinês para o ocidental e, também, daquele adotado pela Índia. É importante notar que, ao aplicar o conceito de Revolução Industrial à China, Sugihara não tem em vista algum tipo de preâmbulo a uma Revolução Industrial.

Assim sendo, o fortalecimento do Estado e da agricultura familiar, o desenvolvimento de instituições que absorviam mão de obra e o desenvolvimento de tecnologias de uso intensivo da força de trabalho deram seus frutos quando o caminho ocidental, da *Revolução Industrial*, atingiu seu limite em 1950. Assim, Arrighi atribui o sucesso da economia política Chinesa ao forte papel do Estado na promoção do desenvolvimento, através do conceito de *Revolução industrial*, ou o *milagre da distribuição*, qual seja: o uso intensivo de mão de obra, com economia de energia. A proporção homem-terra seria parte da explicação do sucesso das medidas adotadas na *Revolução Industrial*, diante da escassez de recursos naturais e de capitais. Com isso, teria propiciado, entre os séculos XVI e XVIII, aumento populacional e, ao mesmo tempo, melhora na qualidade de vida.

Estendendo-se aos dias atuais, a chave do sucesso da economia chinesa com base no baixo custo da mão de obra chinesa é, para Arrighi, um mito. O custo da mão de obra sobre o produto fica mais baixo que os 40 a 60% do Ocidente, porque engenheiros e gerentes custam 35% menos, e não os operários. A produtividade seria obtida com recursos humanos em quantidade e qualidade, além da alta capacitação de engenheiros, cientistas e técnicos. O aprimoramento

da divisão social do trabalho e as inovações realizar-se-iam com uso intensivo dos conhecimentos. Arrighi concluiu seu trabalho sustentando-se nos dados de uma China com 1,3 milhão de pesquisadores e crescimento de 17% ano nos gastos com pesquisa e desenvolvimento, o que significa quatro vezes mais que os Estados Unidos e demais países desenvolvidos. Junto às suas conclusões, o autor italiano destaca ainda que a Ásia Oriental teria seguido o caminho da maturidade econômica, do curso natural das coisas ou do progresso natural à opulência, teorizados por Adam Smith.

A busca pela resposta de se entrou a China em rota de transição para o Capitalismo perpassa todo o trabalho de Arrighi. Contudo, o autor admite que sob a Terceira Geração de dirigentes, comandada por Jiang Zemin, pareceu ser possível dar resposta positiva. Mas a Quarta Geração, de Hu Jintao e Wen Jiabao, está recolocando o problema na das reformas de Deng Xiaoping. Para Arrighi, o que tem confundido os estudiosos é a natureza smithiana, de desenvolvimento apoiado no mercado, em vez do desenvolvimento de tipo capitalista, estudado por Marx e Schumpeter, nas reformas Dengistas.

Deng Xiaoping usou o mercado como instrumento de dominação, introduzindo as reformas de modo gradual para não perturbar a ordem política interna. Fez os capitalistas, e não os trabalhadores, competirem entre si, reduzindo o lucro ao mínimo tolerável. Encorajou a divisão do trabalho entre unidades de produção e comunidades, e não no interior delas, investindo paralelamente na educação, a fim de contrabalançar o efeito negativo da divisão de trabalho para a qualidade intelectual da população. Deu prioridade à formação do mercado interno e ao desenvolvimento agrícola como base principal da industrialização, para, só depois, recorrer ao capital estrangeiro e ao comércio exterior, e, ainda assim, com o cuidado de fazê-lo através da mediação da diáspora chinesa (as ZEEs) e em termos ajustados ao interesse nacional da China.

III - A China e as suas Relações com a Ordem Global.

Além de possuir recursos de poder suficientes para alterar a realidade da política e da economia globais, a China conclama para si o direito a um papel mais influente em assuntos mundiais. Tendo em vista seu peso militar, político e, principalmente, econômico, a busca por *reconhecimento internacional* – através de redistribuição de territórios, reconhecimento de esferas regionais e igualdade de

status dentro de instituições multilaterais formais – é um *leitmotiv* dos discursos chineses em diversos foros. Além disso, as ações coordenadas, independente da participação dos EUA, configuram mais um vértice dessa realidade: a cooperação entre Rússia e China, por meio da Organização da cooperação de Xangai (SCO), os exercícios militares sino-russos, a reaproximação entre Índia e China, a emergência do grupo dos 20 (G-20) na Organização Mundial do comércio (OMC), bem como uma nova coalizão de países do *sul político* – liderada por Brasil e Índia e, por fim, a o início do BRICS¹³ (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul); tudo isso, demonstra não somente a emergência de um mundo multipolar, mas também uma posição de *revisionismo sistêmico*, na qual as ações e o discurso oficiais da China podem ser facilmente encaixados.

De modo geral, a China tem defendido novas concepções de ordem internacional que desafiam, ainda que em longo prazo, as do ocidente liberal. Tais concepções interagem de forma problemática com os processos progressivos de liberalização política e econômica, contestando os limites e o caráter dessa liberalização. Além disso, desafia modos tradicionalizados de condução de políticas externa, ao privilegiar novas formas de poder, dentre esses, o *soft power* ou poder brando¹⁴.

¹³ O Brics é um grupamento internacional independente, que realiza reuniões em torno de planos de ações, desde 2011, nas que encoraja trocas comerciais, políticas e culturais entre os países sobrecitados que compõem seu fórum. Além disso, possui propostas contundentes acerca de reformas nas Instituições Financeiras Internacionais, especialmente no Fundo Monetário Internacional (*International Monetary Fund- IMF*).

¹⁴ **Soft Power** é um conceito desenvolvido por Joseph Nye, em para descrever a habilidade de Estados em atrair ao invés de coagir parceiros. O termo foi primeiramente cunhado em 1990, na obra intitulada *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* e, posteriormente, reformulado em 2004, no livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Um exemplo desta política, no caso Chinês, pode ser observado nas relações em que a China tem mantido com países diversos países. Um expoente desta conclusão pode ser visto no estabelecimento de 327 unidades do **Instituto de Confúcio**, em 93 países e regiões pelo mundo. O Instituto visa promover a língua e a cultura Chinesa, dar suporte ao ensino local chinês, internacionalmente, e facilitar trocas culturais.

Além do aspecto brando no exercício do poder, a China, como potência de segunda grandeza, ou emergente, também incorpora estratégias “duais” em sua política externa, quando estas tangem instituições internacionais: ora aproveita-se delas, ora as utiliza apenas para amansar (e tentar domesticar) a potência de 1ª grandeza. Um exemplo disso é a mudança na política militar chinesa em relação a instituições de segurança regional, evidenciada no recente desejo chinês de utilizá-las para obter maior confiança de países mais fracos, especialmente nas relações que ela possui com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O objetivo seria acorrentar a expansão do poder de primeira potência ao máximo; seja por meios institucionais formais ou informais.

Certamente, a concentração de poder nos Estados Unidos tem sido uma das variáveis que tem determinado a visão chinesa acerca do sistema internacional e das opções de políticas internas e externas que ela possui. Ações Chinesas em busca de *autoajuda*¹⁵ podem ser analisadas como reações, ainda que não hostis, à hegemonia ocidental, capitaneada pelos Estados Unidos. Afinal, além do incomparável poderio militar norte-americano, o Estado responde por 30 ou 40% das exportações chinesas e têm sido uma fonte central de investimentos estrangeiros diretos¹⁶.

Apesar da diversidade de posições internas, Rosemary Foot¹⁷ (2008) sustenta que a política chinesa, em relação à ordem global, é melhor compreendida como uma *acomodação pragmática* que como *bandwagoning*. Ou seja, a pesquisadora de Oxford analisa que a China prefere não por em prática ações conflituosas (*acomodação pragmática*) a aliar-se formal e explicitamente aos Estados Unidos (*bandwagoning*).

¹⁵ a noção de que **os Estados só podem contar com a sua própria capacidade** no que diz respeito às relações internacionais

¹⁶ Em HURREL, Andrew; LIMA, Maria Regina Soares de, HIRST, Monica, MACFARLANE, Neil, NARLIKAR, Amrita, FOOT, Rosemary. *Estratégias Chinesas em uma ordem global hegemônica*. Em *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009. P.129

¹⁷ ibidem.

A China, de acordo com Foot, busca acomodar-se ao poder americano, procurando coincidências de interesses com a potência de 1ª grandeza, ainda que não se prive de criticar ações estadunidenses, principalmente aquelas em relação ao Iraque, em 2003. O que une as visões chinesas divergentes acerca do poderio multidimensional norte-americano é o reconhecimento de que a China deve aceitar a unipolaridade como uma realidade (ainda que em transição) e buscar conviver com isso. A tarefa de Pequim seria, então, esquivar-se da potência hegemônica para não dar-lhes uma desculpa para interferir no processo de modernização nacional; uma opção mais sofisticada que aquelas adotadas durante a guerra fria (melhor descritas adiante) ou no período imediatamente após ao massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989¹⁸.

Embora a opção pelo *bandwagoning* possa ser percebida, à primeira vista, como não problemática, ela exige recursos que a China não possui, nem nunca desejou possuir. Acerca das ações chinesas no plano interestatal,

Foot enfatiza que nada é preordenado e que as escolhas políticas estão em constante reformulação. Hurrell (2008) destaca, primeiramente, que os Estados Unidos são um país difícil de seguir, em especial após o ataque às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, a partir de quando os EUA, explicitamente: 1) conclamam seu direito inalienável à *segurança*, 2) sustentam uma *razão de Estado* e 3) proclamam um moralismo profundamente revisionista em relação às estruturas de uma sociedade transnacionalizada. Com relação a este plano, Foot (2008) destaca os principais exemplos desta postura norte-americana em relação à China:

¹⁸ Quando o exército chinês encerrou de forma brutal o protesto em massa por liberalismo político, em Pequim. A violência militar, sem precedentes, na cidade famosa por seus diversos protestos no século XX, teve um saldo de 3,6 mil mortos e 60 mil feridos. Depois de diversos protestos internacionais, o Governo de Deng Xiaoping centralizou poderes em torno de si, e desacelerou o ritmo das reformas capitaneadas por Zhao Ziyang, iniciadas em 1979.

Do ponto de vista Chinês, os eventos menos bem vindos foram a emissão do visto norte-americano ao presidente de Tawan em 1995 e a demonstração de força americana no estreito de Taiwan em 1996; a crise financeira asiática de 1997-1999; a intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) no Ksoovo em 1999 e o bombardeio, em maio do mesmo ano, da embaixada chinesa em Belgrado; o início da campanha antiterrorista, que resultou em presença mais forte dos Estados Unidos na Ásia Central; e a intervenção norte americana no Iraque em março de 2003.(FOOT, 2008, p.126)

Em segundo lugar, porque para fazer com que este "relacionamento especial" aconteça, seria preciso que existissem laços densos entre os governos da China e dos Estados Unidos, inclusive nos setores militar e de inteligência, além de amplas estruturas de conexões sociais com os Estados Unidos. Retomando o ponto anterior, Foot salienta que durante a Guerra Fria os governantes Chineses percebiam as potências hegemônicas, ou *hegemons*, dispostas a valerem-se de seus recursos de poder para tolher as ações de países mais fracos e, assim, alcançar a dominação global (os EUA, nas décadas de 1950 e 60, bem como atualmente; ou a União Soviética, no final da década de 1960¹⁹ até a metade dos anos de 1980). Tal noção Chinesa encontra suas raízes históricas no período dos "Estados Guerreiros" (480-221 a.C), além de ter sido fortemente impulsionada durante o período considerado como o "século da humilhação" (1842-1949), quando potências ocidentais interferiram em questões referentes à soberania interna do Estado chinês, causando o que acadêmicos como Pomeranz²⁰(2000) chamaram de "a grande divergência"²¹.

¹⁹ A rivalidade sino-soviética, no final dos anos de 1950, deteriorou às raias da violência, levando diversos especialistas a crer que uma grande guerra entre as duas antigas parceiras seria provável. Neste momento, Pequim justificou a criação de um alinhamento antissoviético tácito com Washington, afirmando que o imperialismo norte-americano estava em retrocesso e que Moscou havia usurpado o papel hegemônico anteriormente exercido pelos EUA. P.128

²⁰ Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

²¹ Refere-se ao processo pelo qual o mundo ocidental superou as restrições pré-modernas de crescimento e surgiu durante o século XIX como a civilização mundial mais poderosa e rica da época, eclipsando a China Qing, a Índia Mogol e o Japão Tokugawa.

A reaproximação entre China e os Estados Unidos deu-se somente em 1972, quando a “política de contenção” norte-americana contra a República Popular da China abrandou-se, possibilitando tanto o esmorecimento do embargo comercial e diplomático – orquestrado pelos EUA– contra a unificação territorial de Taiwan, quanto um assento permanente para China no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em 1971. Até então, Pequim buscava desenvolver recursos de poder bruto, ou *hard power*, desde os anos de 1950, quando formou uma aliança com Moscou, para acumular poder econômico e militar, baseando-se nas noções de Mao Tsé Tung de que a China somente seria respeitada após a industrialização e a obtenção de armas avançadas, incluindo as nucleares. Paralelamente, recursos de poder brando, ou *soft Power*, foram empregados junto a países recém descolonizados, a fim de sustentar a visão de uma nova China, em contraposição a um Ocidente desmoralizado, sustentando-se como um modelo econômico e político revolucionário e um agente de transformação capaz de mudar os fluxos de poder mundiais.

Nos pós-guerra fria, mais especificamente após o ocaso da União Soviética, em 1991/92, a China começa a posicionar-se mais claramente sobre a ordem global. Apesar de considerarem os Estados Unidos como uma potência insuperável em curto prazo, governantes chineses começaram a manifestar o desejo por uma ordem mundial multipolar e mais igualitária em longo prazo. Para isso, voltou-se à consolidação de uma *força nacional abrangente* ou *sociedade integralmente em ascensão*, ou seja, uma noção ampla de poder, que engloba tanto uma economia forte, com base no mercado interno, quanto forças armadas possantes, para o sustento de seu ardente desejo de ser reconhecida como uma potência.

Contudo, novos conceitos como *globalização*, *multilateralismo* e *segurança cooperativa* passaram a figurar entre os temas defendidos pela China, no que tange a ordem global. Sem descartar o ideal de uma ordem global mais igualitária, oficiais chineses começaram a descrever a globalização e a multipolaridade como forças complementares. A multipolaridade, assim, não deveria ser vista como um mecanismo de balanceamento, mas como um fenômeno ligado à interdependência econômica, explicitada ao mundo após a crise asiática (1997-99).

Deste modo, a China considera-se como uma beneficiária do fenômeno da globalização, pois é através dela que o país estabelece laços de interdependência, integrando-se cada vez mais à economia mundial. Destarte, os líderes chineses desenvolveram retóricas para mostrar aos outros países que a ascensão chinesa seria algo mutuamente benéfico, qualificando-a como uma nova oportunidade para o desenvolvimento dos povos. Tal ideia pôde ser constatada na prática durante a crise financeira asiática de 1997-99, quando Pequim mobilizou-se rapidamente para oferecer assistência econômica a países afetados e anunciou que não desvalorizaria sua moeda em uma atitude unilateral à crise. Além disso, no mesmo ano do início da crise, injetou ânimo e confiança para a criação de um fórum de cooperação do sudoeste asiático, a Asean mais três (APT ou *Asean Plus Three*), que envolvem a China, a Coreia do Sul e o Japão.

No plano do hemisfério ocidental, O presidente Jiang Zemin e o premiê Zhu Rongji decidiram, em 1999, empreender uma etapa final de negociações sobre a participação da China na Organização mundial do comércio (OMC). Tudo isso serviria para dar maior credibilidade à nova imagem que a China desejava sustentar: não somente aquela de potência "*pacífica e desenvolvimentista*", mas também emergindo como uma "*grande potência responsável*" na ordem mundial. Portanto, ainda que fossem fortes os resquícios da política capitaneada por Deng Xiaoping (1978-1992), as figuras de Jiang Zemin (1989-2002) e de Hu Jintao (2002-2012) enfatizavam a importância da globalização econômica, da segurança cooperativa em suas multidimensões e a necessidade de reconhecimento da responsabilidade das grandes potências, incluindo a China, para a manutenção e reforma da ordem global.

(intencionalmente em branco)

Em geral, a China somente adota um discurso contra os Estados Unidos no que diz respeito a: questão de Taiwan²², a crítica ao seu histórico de desrespeito aos direitos humanos – hoje envolvendo a questão da liberdade religiosa interna –, e às tentativas estadunidenses de minarem a autoridade do conselho de segurança da ONU. Com vistas à sustentação da imagem de *grande potência responsável*, após os ataques terroristas de 11 de setembro nos EUA, a China chegou a criar uma instância comum de contraterrorismo, surpreendendo ao permitir o estabelecimento de um escritório do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) em Pequim, além de impor obstruções mais severas à transferência de componentes de armamentos de destruição em massa. Ainda que a política chinesa possa ser vista, em primeira instância, como um *soft bandwagoning* (um alinhamento discreto) ela também possui importantes elementos de *hedging*²³, ou seja, busca por garantias paralelas que possam assegurar que uma contenção da China, no estilo da Guerra Fria, não aconteça em uma era de interdependência. Como Foot (2008) assinala: “Se o uso dessa garantia se tornasse necessário, a China poderia se valer de suas novas relações bilaterais e multilaterais para contrabalançar qualquer deterioração mais séria nas suas relações com os Estados Unidos.”²⁴. Contudo, a autora ressalta que embora a estratégia de política externa da China não possa ser totalmente descrita como um “aproveitamento de uma carona” (*bandwagoning*), tampouco deve ser vista como uma tentativa, ainda que moderada, de balanceamento pela formação de coalizões anti-hegemônicas. Pequim reconhece que muitos dos Estados asiáticos dentro do Asean+3 e da Organização Xangai de Cooperação mantêm, e provavelmente continuarão a manter, estreitos laços com os Estados Unidos, por motivos militares e econômicos.

²² De acordo com WANG, Jisi (2004): muitos chineses sentem que a ressurreição chinesa seria sem sentido e irreal, se a China continental falhasse em se reunificar com Taiwan.

²³ Uma estratégia de “cobertura”, que visa neutralizar o risco de certas ações através de outras estratégias paralelas que possam compensar potenciais perdas das primeiras

²⁴ Em HURRELL, Andrew; LIMA, Maria Regina Soares de, HIRST, Monica, MACFARLANE, Neil, NARLIKAR, Amrita, FOOT, Rosemary. *Estratégias Chinesas em uma ordem global hegemônica*. Em *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009 p. 142

CONCLUSÃO

O *unilateralismo radical* estadunidense (HURRELL, 2008; PECEQUILO, 2003) utiliza-se políticas agressivas, sempre engatilhadas em Washington, tais como aquelas que compõem a *doutrina do choque*, termo cunhado por Naomi Klein (2007), que abrange, dentre outras, a tática militar do *choque e pavor*²⁵. Principalmente após o massacre da Praça da Paz Celestial (1989), acadêmicos chineses desenvolveram uma noção mais sofisticada de poder, contudo, tais noções não trouxeram maior otimismo em relação a uma ordem global alternativa e mais justa. O economista político Shen Jiru, em 1999, considerou que, embora o *hegemon* de hoje não necessite ocupar territórios da mesma forma que os antigos impérios europeus, ele possui outros meios de disseminar sua influência: tanto através da ideologia quanto de armamentos; valendo-se da ideologia para promover guerras locais, de modo a interferir nas questões internas de um país, levando-o para fora de sua esfera sócio temporal.

A China tem conhecimento disso e categoricamente²⁶ afirma que não pretende contrabalançar os Estados Unidos. Em primeiro lugar, porque aceita a hegemonia norte-americana como um fato real, ao considerar que a liderança militar só poderia ser ultrapassada em um futuro distante; e, em segundo lugar, porque a preocupação chinesa com uma *força nacional abrangente* ou *sociedade integralmente em ascensão* inviabiliza uma corrida armamentista, contraproducente ao desenvolvimento interno. Para Shi Yinhong²⁷ a estratégia chinesa deveria envolver uma dupla abordagem: tanto um *badwagoning*, de curto a médio prazo, ainda que às custas de sua liberdade; quanto uma tentativa mais contundente em direção a equalização das relações internacionais, quando o "norte político" aceitasse a necessidade de coexistir de modo equitativo com os Estados em ascensão. Ou seja, no curto prazo, de concreto, apenas

²⁵ Tecnicamente conhecida como *domínio rápido*, termo cunhado por Harlan K. Ullman e James P. Wade (1996)⁵, através da *National Defense University*, dos EUA.

²⁶ Como pode ser observado no discurso de Shi Yinhong: "por muito tempo, não haverá a possibilidade de formar e manter um front internacional unido e suficientemente consolidado, forte, efetivo e permanente para equilibrar a preponderância [dos Estados Unidos]" Shi, 2002:7.

²⁷ Professor de Relações Internacionais e diretor do centro de estudos americanos da Universidade de Renmin. Shi:2002-4.

pode-se contar com a continuada defesa da China pela manutenção da autoridade da ONU, ainda que ao seu modo, valendo-se de sua posição privilegiada de veto, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para transformá-la. O presidente Hu Jintao adicionou alguns comentários econômicos a esse quadro institucional, ao apelar por reformas e aprimoramentos dos sistemas financeiros internacionais e convocando os países desenvolvidos a fazer mais pelos países em desenvolvimento, através da abertura de seus mercados, eliminação de barreiras comerciais, aumento no apoio financeiro e técnico e oferta de alívio de dívidas.

Portanto, para a China, a equalização das relações internacionais seria, em suma, a contenção do comportamento hegemônico americano. De acordo com Foot,

[...] na visão de Pequim, os Estados Unidos são hegemônicos, unilateralistas, negligentes diante do direito internacional e das Nações Unidas e adeptos de noções de 'soma-zero' a respeito de segurança, ignorando preocupações não tradicionais de segurança e os efeitos negativos da questão de segurança, além de serem protecionistas"²⁸.

Desta forma, a política externa chinesa baseia-se principalmente nos efeitos potenciais que a política estadunidense pode ter sobre suas próprias metas de desenvolvimento e estabilidade doméstica. Enquanto sua situação de igualdade não é reconhecida materialmente, suas metas na política externa continuam pouco claras e suas ações políticas carecem de coerência entre si. Entretanto, é possível observar que a China não visa construir coalizões anti-hegemônicas no curto prazo. Essa seria uma situação possível somente caso os Estados Unidos ofereçam hostilidade contínua e pontual em assuntos cruciais à política interna de Pequim. Em suma, a China não se incomoda com a hegemonia norte-americana nem com o poder do *hegemon*, mas sim com a forma com que ele influencia o desenvolvimento da *força nacional abrangente* ou *sociedade integralmente em ascensão* chineses, como recursos de poder internos e externos.

²⁸ Em HURRELL, Andrew; LIMA, Maria Regina Soares de, HIRST, Monica, MACFARLANE, Neil, NARLIKAR, Amrita, FOOT, Rosemary. *Estratégias Chinesas em uma ordem global hegemônica*. Em *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009. p.148

BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, Giovanni. As três hegemonias do capitalismo histórico - Hegemonia, capitalismo e territorialismo - A hegemonia norte-americana e a ascensão do sistema da livre iniciativa O Longo Século XX, (Arrighi-1). Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Uncsp, 1996.

_____. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

POMERANZ Kenneth, The Great Divergence. Princeton: Princeton University Press, 2000.

KAORU Sugihara, "The East Asian path of economic development. A long-term perspective", in Giovanni Arrighi et al., The Resurgence of East Asia. New York: Routledge, 2003

HURREL, Andrews, LIMA, Maria Regina Soares de, HIRST, Monica, MACFARLANE, Neil, NARLIKAR, Amrita, FOOT, Rosemary. Os Brics e a Ordem Global. Rio de Janeiro, FGV, 2009

ZIZEK, Slavoj. A Utopia Liberal. Margem Esquerda 12. São Paulo: Boitempo, 2008

GUNDER FRANK, Andre. "Tigre de papel, dragão de fogo", p.125. Em Teotônio dos Santos (coord.) Os Impasses da Globalização, Ed. Loyola, Brasil, agosto 2003

_____. ReOrient: Global Economy in the Asian Age. Berkeley, University of California Press, 1988

GONÇALVES, Williams da Silva. Relações Internacionais: um balanço teórico-histórico. In: SILVA, Francisco Carlos T. da (org.). O Século Sombrio - Uma História Geral do Século XX. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p. 27-45.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às Relações Internacionais. Temas, atores e visões. Petrópolis, Editora Vozes, 2004. Capítulo As teorias das Relações Internacionais

Sites: Central Intelligence Agency (CIA), disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>; acessado em 09/09/13.

